



Câmara Municipal de
Maracanaú

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI DE Nº 027/2026 – ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.145, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA LEI Nº 2.447, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROMOVER AÇÕES PARA CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHOS ESCOLARES EM TODAS AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATUAIS E FUTURAS, SUAS ALTERAÇÕES, EM ESPECIAL A LEI Nº 2.517, DE 16 DE MAIO DE 2016, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

RELATÓRIO

O projeto de nº 027/2026, de autoria do Chefe do Poder Executivo de Maracanaú, visa alterar a lei municipal de nº 3.145, de 10 de fevereiro de 2022, que consolidou as regras para a criação, instalação e funcionamento dos conselhos escolares.

A mudança visa modernizar e adequar a legislação que trata dos Conselhos Escolares, permitindo que possa ser adotada a natureza jurídica de Organização da Sociedade Civil – OSC, ampliando a capacidade institucional dos Conselhos, garantindo novos instrumentos de atuação administrativa, social e financeira.

A Lei Orgânica de nosso município traz em seu texto:

Art. 38 – A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos.

Parágrafo Único - são de iniciativa privada do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre: ...

III - organização administrativa do Poder Executivo e matéria tributária e orçamentária. (grifos nossos)

Ainda segundo o Texto Maior de nosso município:

Art. 54 - Compete privativamente ao Prefeito:

...



Câmara Municipal de
Maracanaú

II - exercer, com o auxílio do Vice-Prefeito, Secretários, Diretores (e/ou equivalentes) a administração do Município segundo os princípios desta Lei Orgânica;

...

VI - dispor sobre a estruturação, organização e funcionamento da Administração Municipal;

Sendo competente para propor a lei, também o será para alterar.

Diante do exposto, somos pela emissão de PARECER FAVORÁVEL ao projeto de lei de nº 027/2026.

É o parecer

S.M.J.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2026.

Relator CCJ